



COMPORTAMENTO

Adolescentes chamados de redpill humilham garotas, desprezam o gênero feminino e causam constrangimentos nas escolas. Especialistas advertem sobre necessidade de ação dos responsáveis e de controle nas redes sociais

Misoginia desafia a sala de aula

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Nos últimos anos, as escolas passaram a enfrentar um desafio relacionado à questão de gênero. Enquanto as meninas da geração Z estão abertas e suscetíveis às transformações do mundo, os meninos se revelam mais conservadores do que as gerações anteriores. Na internet, os movimentos que propagam o ódio pelas mulheres e incentivam o discurso de dominação masculina, conhecidos como “masculinista” e redpill, ganharam força. E o principal público são meninos adolescentes.

O termo redpill foi apropriado por comunidades masculinas que acreditam na inferioridade das mulheres e no papel tradicional dos homens na sociedade. Para os integrantes desse movimento, o feminismo é uma maneira de prejudicar os homens. Eles reforçam a ideia de “macho-alfa” e de uma hierarquia social dentro da própria comunidade, como o termo “betinha”, que representa um homem submisso e inseguro.

A psicóloga Débora Gonçalves, especialista em terapia cognitivo-comportamental, ressalta que a adolescência é um momento de descoberta, em que o jovem começa a compreender melhor as relações de amizade, os grupos sociais e as diferenças de opinião.

“Esse tipo de conteúdo pode atrair alguns adolescentes porque a adolescência é uma fase em que o convívio social passa a ganhar um significado muito maior. Conteúdos como o redpill podem parecer atraentes porque oferecem explicações prontas sobre como interpretar determinados comportamentos e relações. Para quem ainda está aprendendo sobre essas experiências, isso pode transmitir uma sensação de segurança, como se existissem regras claras para compreender situações que, na realidade, são muito mais complexas”, explica.

Naturalização

A psicóloga lembra que a naturalização de discursos machistas contribui para a construção de estereótipos negativos. “Quando esse tipo de discurso passa a fazer parte das conversas e brincadeiras, comportamentos desrespeitosos podem começar a ser vistos como normais. Com isso, meninos e meninas deixam de conhecer uns aos outros pelas características de cada um e passam a fazer generalizações e a reproduzir estereótipos, o que dificulta o diálogo e a convivência”, analisa.

A pedagoga Gabrielle Moreira diz que é cada vez mais frequente entre os adolescentes comportamentos misóginos explícitos, antes eram sutis.” Esses

comportamentos são reproduzidos com mais frequência e até com naturalidade pelos adolescentes, muitas vezes influenciados pelo que consomem nas redes sociais e em comunidades on-line”, alerta. “Tenho observado que muitos adolescentes fazem referência ao chamado movimento redpill, tratam as meninas como descartáveis e ‘usáveis’” ou como se desvessem algo aos meninos.”

Esse tipo de linguagem revela impactos profundos e muitas vezes silenciosos no comportamento e nas atitudes de meninas adolescentes. De acordo com Chirli Viveiros Cardoso da Trindade, diretora da Escola Magistral, em Brasília, as meninas estão abandonando atividades por medo dos meninos.

Cotidiano

“Algumas meninas deixam de participar das aulas por medo de serem ridicularizadas. Outras evitam apresentar trabalhos, expor opiniões ou assumir posições de liderança por medo ou por se colocar no lugar de inferioridade. E fica evidente o aumento da insegurança, da ansiedade, da baixa autoestima e, em alguns casos, do isolamento social. Quando uma jovem sente que precisa medir constantemente sua roupa, sua fala, seu corpo ou sua inteligência para ser



Muitos tratam as meninas como descartáveis e 'usáveis'”

Débora Gonçalves, psicóloga

aceita, ela deixa de ocupar espaços que também lhe pertencem. A escola precisa ser um ambiente onde cada estudante se sinta seguro para aprender, crescer e desenvolver sua identidade”, revela a diretora.

Gabrielle Moreira acrescenta que o comportamento misógino dos meninos está em atos simples, como a recusa em sentar ao lado de meninas, desqualificar as opiniões femininas e insistir em piadas com conteúdo ofensivo e sexual.

“O mais preocupante é que esses comportamentos começam desde a infância, o que reforça a importância de intervenções precoces. As crianças aprendem muito por meio das brincadeiras, das relações e dos exemplos dos adultos. Depois, conforme crescem, essas vivências devem ser acompanhadas de conversas abertas sobre

respeito, empatia, igualdade e resolução de conflitos. O objetivo não é colocar meninos e meninas em lados opostos, mas formar jovens capazes de construir relações saudáveis e respeitosas”, analisa.

Funções

Para Chirli Trindade, há adolescentes que não compreendem o poder daquele discurso, mesmo assim precisam ser responsabilizados. “Na maioria das vezes, não estamos diante de adolescentes ‘violentos’, mas de futuros jovens em formação que reproduzem discursos aos quais foram expostos, principalmente no ambiente digital. Não diminui sua responsabilidade, mas nos lembra que educar continua sendo mais eficaz do que simplesmente punir”, diz.

Segundo a diretora, a escola tem um papel fundamental na orientação da família. “A primeira orientação é não tratar isso como algo sem importância. Levar esse tema como ‘o que foi apenas uma brincadeirinha’ porque ele ouviu isso de alguém”, orienta. “Os pais muitas vezes não querem admitir que isso ou aquilo partiu do seu filho”, completa.

Para Chirli Trindade, a melhor forma de combater esses discursos é por meio do diálogo, buscando compreender a origem desse pensamento, evitando exclusivamente medidas punitivas. “Expressões

preconceituosas não devem ser normalizadas. Ao mesmo tempo, é importante evitar respostas apenas punitivas. Perguntar de onde aquela ideia surgiu, o que ela significa e por que foi considerada engraçada costuma abrir espaço para uma conversa muito mais educativa. Os filhos aprendem muito observando os adultos”, sugere.

Outra maneira de enfrentar esse problema é por intermédio da educação digital e estimulando o senso crítico. “Acredito que a educação digital é uma das maiores urgências da atualidade. Não basta ensinar matemática e português. Precisamos ensinar nossos jovens a interpretar informações, identificar discursos de ódio, questionar narrativas e fazer escolhas conscientes”, avalia a diretora, que teme a ausência de análise.

Discursos

Especialista em perspectiva de gênero e direito antidiscriminatório, a professora Daiana Sousa, do Centro Universitário Uniceplac, elenca pelo menos cinco aspectos que considera desafiadores no combate ao discurso misógino na internet. São eles: identificar os autores, preservar provas digitais responsabilizar perfis anônimos e acompanhar a rapidez com que esses conteúdos circulam, ao mesmo tempo em que preserva a liberdade de expressão.

Daiana Sousa diz que as leis existentes no país são suficientes para enfrentar a violência de gênero, inclusive no ambiente digital, mas a dificuldade está na “efetiva aplicação” e no investimento em educação digital e igualdade de gênero. A professora reitera que as plataformas podem ser responsabilizadas nos casos em que descumprem as obrigações legais.

Embora muitos desses comportamentos tenham início nas redes sociais, as consequências podem ultrapassar o ambiente virtual e resultar em responsabilização na Justiça. Segundo a especialista, adolescentes que praticam ofensas, ameaças, perseguição, incitação à violência ou ataques direcionados a meninas podem responder por seus atos, tanto na esfera cível quanto na socioeducativa. No entanto, ela expõe que o simples pertencimento a um grupo ou corrente de pensamento não é crime.

“Quando um adolescente pratica uma conduta que seria crime se cometida por um adulto, ele responde por ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em vez de penas, podem ser aplicadas medidas socioeducativas, que buscam responsabilizar e educar o adolescente, especialmente em casos de violência de gênero”, diz.

***Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel**

>> DE UNO www.correiobraziliense.com.br

Mau tempo põe Rio Grande do Sul em alerta

Pelo menos 36 municípios do Rio Grande do Sul estão em estado de alerta para tempestades com risco de queda de granizo e rajadas de vento intensas. O governo do estado adverte sobre a ameaça de inundações, assim como informa que os estragos fizeram com que várias pessoas ficassem desalojadas. Os números estão sendo contabilizados. Com os ventos fortes, as temperaturas mínimas registram 10°C nas regiões de serra, enquanto as máximas devem ficar em torno de 24°C. A previsão é que o alerta seja mantido até amanhã. Os comunicados sobre os plantões nos hospitais e para os atendimentos da Defesa Civil em caso de emergência são divulgados por meio de WhatsApp via telefone (61) 2034-4611 para os moradores que se interessarem nas mensagens atualizadas.

Castigo dado pelo pai mata menino de 6 anos

Raelyson da Silva, de 6 anos, morreu após ser ferido com uma faca durante um castigo aplicado pelo pai em Itapiranga, no interior do Amazonas. O homem, de 24 anos, foi preso em flagrante. Segundo o suspeito, a perfuração foi acidental quando ele agrediu o menino com uma mochila onde estavam guardadas duas facas usadas em pescaria. Porém, admitiu que queria castigar o filho “por desobediência”. Ele foi autuado por homicídio qualificado. O pai teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, sendo transferido para uma prisão.

Tânia Rêgo/ Agência Brasil



Tolerância Zero no Rio pode acabar

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública para suspender o programa Tolerância Zero, criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para fiscalizar o comércio ambulante nas praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon, na zona sul da cidade. O processo inclui um pedido de tutela de urgência, a ser analisado pela Justiça Federal. O prefeito Eduardo Cavaliere (PSD) reagiu à iniciativa nas redes sociais. Para ele, há “absoluta inversão de valores” e que o procurador está “extrapolando as suas competências para defender o indefensável”.

Anciã de 109 anos morre e deixa 138 descendentes

Lazara Maria da Conceição Barbosa, conhecida como “Dona Lazineira”, moradora de Paranapanema, no interior de São Paulo, morreu aos 109 anos, mas deixou uma imensa árvore genealógica. Ela era matriarca de com 138 descendentes diretos, entre filhos, netos, bisnetos e tataranetos. A causa da morte não foi divulgada. A idosa recebeu homenagens nas redes sociais. Ao completar 100 anos, ela ganhou uma bênção apostólica enviada diretamente pelo papa Francisco. Recentemente, a honraria foi concedida pelo papa Leão XIV.